



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES

ATA DE REUNIÃO Nº 6/2026

No dia 11 de agosto de 2026, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Reitoria, os seguintes membros do Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles da Universidade Federal de Jataí para a reunião Nº 6/2026: Christiano Peres Coelho (Reitor), Alana Flávia Romani (Vice-Reitora), Marcos Wagner de Souza Ribeiro (Proad), Eva Aparecida de Oliveira (Prae), Rafael Siqueira Silva (Proece), Grazielle Alves Amaral (Propessoas), Sandra Aparecida Benite Ribeiro (Prograd), Núbia de Souza Lobato (PRPI), Danival Vieira de Freitas (Proplan), Maria José Rodrigues (PRPG), Hugo Luís Pena Ferreira (DAA), Ricardo Porto Simões (Preuni), Danilo Vieira Oliveira (SeTI), Lázara Cristhiane de Assis (Assessora do Gabinete da Reitoria) e Juliana Silva Freitas (Chefe de Gabinete). Justificou a ausência: Tássia Fernandes Gouveia de Lima (SeCom). **Ponto 1.** Informes: O Reitor comunicou aos membros a situação envolvendo estudante do Curso de Medicina da UFJ que se encontra na Colômbia para realização de estágio e que foi afetado por terremoto ocorrido naquela região. Informou que o estudante sofreu ferimentos leves e que tanto o local em que se encontrava hospedado quanto o hospital no qual realizava suas atividades foram afetados pelo evento. Relatou que foram realizados contatos com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Educação, buscando-se viabilizar o retorno do estudante ao Brasil e assegurar o devido acompanhamento institucional. Destacou, a partir do ocorrido, a importância de que atividades acadêmicas realizadas no exterior estejam devidamente formalizadas e documentadas, de modo a permitir atuação institucional adequada diante de situações emergenciais. Na sequência, informou sobre a expansão da oferta de cursos de graduação da UFJ, destacando o trabalho realizado conjuntamente pelas Pró-Reitorias, Secretarias, Unidades Acadêmicas e Reitoria para atendimento às demandas apresentadas pelo Ministério da Educação. Ressaltou que a Universidade havia apresentado quatorze propostas de novos cursos, das quais doze foram selecionadas pelo MEC, representando importante ampliação da oferta acadêmica institucional. Destacou que a implantação dos novos cursos exigirá planejamento articulado quanto à infraestrutura, espaços físicos, laboratórios, docentes, técnicos-administrativos e demais condições necessárias ao funcionamento das novas graduações. Ainda sobre o tema, foi ressaltada a necessidade de planejamento institucional para aproveitamento das cargas horárias docentes existentes, revisão e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e organização dos procedimentos necessários à implantação dos novos cursos. Enfatizou que a expansão deverá ser acompanhada de estratégia de comunicação institucional, de modo a apresentar à comunidade a ampliação da oferta de cursos e contribuir para a divulgação das novas oportunidades acadêmicas. Também foram apresentados informes relativos às obras e intervenções de infraestrutura em andamento, na Universidade, especialmente aquelas relacionadas aos acessos e espaços institucionais. Ressaltou-se a conveniência de divulgar periodicamente à comunidade universitária informações sobre a evolução das obras, inclusive por meio de registros fotográficos e comunicações institucionais. Na sequência, foram mencionadas questões relacionadas ao planejamento orçamentário e aos impactos decorrentes da expansão institucional, especialmente quanto às necessidades de pessoal, concursos, deslocamentos, diárias, transporte e demais despesas associadas ao crescimento das atividades acadêmicas e administrativas. Foi comunicada a implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC para os Técnicos-Administrativos em Educação. Informou-se que, anteriormente à publicação da regulamentação, já havia sido constituído grupo de trabalho envolvendo equipes da Propessoas e de outras unidades, com preparação de documentos, minutas e procedimentos necessários. Após a publicação da regulamentação, foram adotadas as providências para constituição da comissão e organização dos processos. Informou-se que já haviam sido protocoladas solicitações de reconhecimento e que a comissão vinha realizando as análises, com progressivo ganho de celeridade. Também foi informado que a área financeira buscava viabilizar, quando possível, a inclusão dos primeiros processos concluídos na folha de pagamento. Destacou-se a importância da divulgação institucional da iniciativa, considerando seu significado para os TAEs. **Ponto 2.** Foi submetida à apreciação a Ata da Reunião nº

5/2026, realizada em 9 de junho de 2026. O Presidente informou que não haviam sido apresentadas sugestões de alteração ao documento. Consultados os presentes, não foram registradas manifestações contrárias ao texto. Submetida à votação, a ata foi aprovada, com registro de uma abstenção e sem votos contrários. **Ponto 3.** O relator o Professor Hugo apresentou parecer sobre o relatório, esclarecendo que a avaliação contemplou pesquisa de percepção junto às unidades da Administração Central e avaliações específicas relativas aos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna no exercício, especialmente nos temas de governança e gestão das contratações e acesso e permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Informou que o documento apresentava plano de ação destinado ao aperfeiçoamento da atuação da Auditoria Interna, contemplando eixos, ações e medidas de melhoria. Destacou como aspecto positivo a percepção da gestão quanto à relevância dos temas abordados pela Auditoria Interna, à comunicação profissional dos auditores e ao valor agregado pela atividade de auditoria. Ressaltou, ainda, que a Auditoria Interna submeteu sua atuação à avaliação das unidades auditadas e incorporou os pontos menos favoráveis identificados ao respectivo plano de ação, inclusive em situações nas quais a avaliação já havia sido satisfatória, demonstrando postura de autocrítica e compromisso com a melhoria contínua. Em relação aos quesitos submetidos à apreciação do Comitê, o parecer considerou adequado o fluxo adotado à realidade institucional e não identificou necessidade de ajustes adicionais além daqueles já contemplados no plano de ação. Destacou-se, ainda, a importância da participação da gestão nos ciclos subsequentes de avaliação e no processo de definição dos trabalhos da Auditoria Interna. Durante a discussão, foi abordada a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – Paint do exercício seguinte, tendo sido informado que, em reunião futura, o Comitê deverá participar da definição dos temas a serem considerados na elaboração do plano, utilizando-se metodologia de avaliação de riscos. Também foi discutida a necessidade de refletir sobre a dimensão e o alcance das atividades de controle, considerando as limitações da estrutura disponível e as demais prioridades institucionais. Após a discussão, o parecer foi submetido à apreciação e o CGRC manifestou-se favoravelmente ao Relatório de Avaliação Interna da Qualidade da Auditoria Interna – Exercício 2025 e ao respectivo Plano de Ação, recomendando a continuidade do processo de colaboração e aperfeiçoamento da atividade de auditoria. **Ponto 4.** O relator TAE Danilo apresentou informações acerca da avaliação realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre a realidade da gestão e da governança de TIC nas universidades federais. Explicou que o trabalho teve como objetivo conhecer o panorama nacional da governança e gestão de TIC e identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento da área nas instituições federais de ensino superior. Entre os aspectos discutidos, foram mencionadas dificuldades relacionadas à disponibilidade e retenção de profissionais especializados, à estruturação das equipes de TIC, à atualização e gestão do parque tecnológico, à priorização das demandas e à necessidade de fortalecimento dos mecanismos institucionais de governança. Também foram abordadas questões relacionadas à transformação digital, à digitalização dos serviços, à integração dos sistemas e à necessidade de identificar e mapear os serviços oferecidos pela Universidade, de modo a permitir sua posterior priorização e transformação. No decorrer da discussão, ressaltou-se que a Universidade precisa conhecer, de forma sistematizada, os processos e serviços que possui, identificar aqueles considerados críticos e estabelecer prioridades para os próximos anos. Foi destacada a importância de que os serviços institucionais sejam progressivamente digitalizados, reduzindo sua dependência de procedimentos exclusivamente manuais e ampliando a capacidade de acompanhamento e utilização pelos usuários. Também foi discutida a possibilidade de constituição de comitê de apoio à governança de Tic, com a finalidade de subsidiar decisões estratégicas relacionadas à priorização de demandas, distribuição de recursos, atualização do parque tecnológico e organização dos serviços digitais. Ressaltou-se que o comitê teria função de apoio ao processo decisório e de articulação entre as áreas, contribuindo para a consolidação do ecossistema institucional de governança. Como encaminhamento, deliberou-se pela realização de diagnóstico de aderência dos instrumentos institucionais, especialmente do PDTIC, às questões apontadas pelo TCU no Processo TC 000.334/2022-7 e no Acórdão nº 258/2026-TCU-Plenário, subsidiado por autoavaliação com base nos indicadores iESGo/iGovTI, em articulação com a PROPLAN. A partir dos resultados, deverão ser identificadas as lacunas e estruturado um plano de ação com responsáveis, prazos e mecanismos de acompanhamento. Deliberou-se, ainda, pela início das providências para implantação do Comitê de Governança de TIC, observada sua articulação com as instâncias de governança institucional, de modo a evitar sobreposição de competências. **Ponto 5.** O relator Prof. Danival apresentou o histórico da matéria, destacando as dificuldades recorrentes relacionadas à tempestividade e à qualidade das entregas institucionais. Informou que, após discussão entre as áreas envolvidas e a Reitoria, optou-se pela criação de mecanismo

próprio, desvinculado da descentralização orçamentária, com caráter orientativo, indutivo e de reconhecimento de boas práticas. A proposta estabelece o acompanhamento das entregas institucionais críticas, considerando critérios de tempestividade, conformidade, objetividade e pertinência, consistência e confiabilidade, cabendo às unidades responsáveis a produção, validação e qualidade das informações, e à Proplan a orientação, coordenação metodológica, monitoramento e consolidação dos resultados. Também prevê a diferenciação entre entregas programáveis e demandas extraordinárias ou externas, com prioridade para aquelas provenientes de órgãos de controle. Foram apresentadas as etapas de implantação do mecanismo, incluindo orientação das unidades, registro e acompanhamento das entregas, monitoramento contínuo, adoção de medidas de melhoria e avaliação anual pelo CGRC. Para as situações recorrentes, foi incluída a previsão de fluxo progressivo de orientação, análise de causa e plano de melhoria e, persistindo a situação, ciência ao gestor máximo e eventual reporte à Reitoria e ao CGRC para potencial responsabilização. Após os esclarecimentos e ajustes de redação, os membros manifestaram-se favoravelmente à aprovação das diretrizes propostas, mantendo-se a desvinculação do mecanismo da descentralização orçamentária e estabelecendo-se o acompanhamento por critérios objetivos e rastreáveis. Como encaminhamento, ficou definida a elaboração, pela Proplan, no prazo de até trinta dias, do instrumento operacional simplificado para implantação do mecanismo, seguida das ações de orientação e monitoramento das unidades. **Ponto 6.** A Prof.^a Grazielle apresentou a proposta para alocação estratégica das vagas de Técnicos-Administrativos em Educação. Inicialmente, o Reitor contextualizou que a Universidade vinha acompanhando, desde o ano anterior, a liberação de vagas destinadas à instituição e que, naquele momento, havia expectativa de disponibilização de 117 vagas, sendo informado que o processo havia avançado na esfera federal e se encontrava em etapa final de tramitação. Destacou-se que a Universidade possuía quantitativo expressivo de trabalhadores terceirizados e que a chegada das vagas permitiria reduzir parte dessa dependência, sem, contudo, eliminar a necessidade de terceirização em razão das demandas institucionais. A professora informou que a Propeessoas vinha desenvolvendo estudos para subsidiar a alocação das vagas há mais de um ano, tendo realizado reuniões com gestores e encaminhado consulta às unidades para identificação das necessidades. Registrou-se que as demandas apresentadas pelos gestores haviam sido formalizadas em processo SEI e discutidas em reuniões sucessivas com a Reitoria. Durante a apresentação, foi ressaltado que a emancipação da Universidade produziu expansão significativa das unidades administrativas, muitas das quais foram criadas ou ampliadas após a transformação institucional, enquanto as unidades acadêmicas, em grande medida, mantiveram estrutura semelhante àquela existente quando a instituição ainda funcionava como campus. Dessa forma, a proposta considerou necessário assegurar estrutura mínima para o funcionamento das atividades-meio, sem deixar de contemplar as necessidades das atividades finalísticas. A metodologia apresentada considerou diferentes critérios e indicadores para subsidiar a distribuição, incluindo características das unidades, volume de estudantes, processos e serviços, além de aspectos relacionados à criticidade das atividades, continuidade dos serviços, assimetrias da força de trabalho e alinhamento estratégico institucional. Destacou-se, ainda, que a definição não poderia basear-se exclusivamente em quantitativos de estudantes ou em um único indicador, devendo considerar a estrutura administrativa necessária ao funcionamento da Universidade, a criticidade dos serviços, os riscos de descontinuidade e o alinhamento às prioridades estratégicas. Foi informado que a proposta será posteriormente apresentada aos Diretores das Unidades Acadêmicas, permitindo a continuidade da discussão e o aperfeiçoamento dos critérios antes da deliberação definitiva. Também foi esclarecido que os quantitativos poderão ser modificados a partir das contribuições recebidas e do avanço dos estudos de dimensionamento da força de trabalho. Como encaminhamento, ficou definida a continuidade da construção coletiva da proposta, com apresentação aos Diretores das Unidades Acadêmicas e posterior submissão às instâncias competentes para apreciação e deliberação. Ressaltou-se que a distribuição definitiva deveria ser precedida da apresentação transparente da metodologia utilizada, dos critérios adotados e do histórico de construção da proposta. **Ponto 7.** Outros assuntos: o Reitor compartilhou com os membros a situação relacionada à repercussão de manifestação realizada durante o encerramento da Semana do Meio Ambiente, no dia doze de junho, em atividade realizada na Praça Universitária, com participação de representantes da agricultura familiar e de artesãos. Relatou que, durante sua manifestação, abordou a valorização da agricultura familiar, a assinatura de compromisso relacionado à alimentação baseada em plantas e questões ambientais, tendo mencionado também a COP30 e apresentado dados relacionados à agricultura familiar. Após a divulgação do vídeo da manifestação, foram registrados diversos comentários e outras publicações nas redes sociais, algumas das

quais atribuíram à Universidade a divulgação de informações consideradas falsas e interpretaram a manifestação como crítica ao agronegócio. O Reitor esclareceu que o objetivo da fala havia sido a valorização da agricultura familiar e a discussão de questões relacionadas à transição agroalimentar e ambiental. Informou que a Universidade entrou em contato com a organização responsável pela publicação original e chegou a elaborar uma resposta, mas optou por não promover naquele momento uma ampliação da repercussão do episódio. Ressaltou que a situação permanecia repercutindo e que a Administração Superior acompanharia seus possíveis desdobramentos, avaliando as medidas eventualmente necessárias para preservar a adequada compreensão do posicionamento institucional. O Reitor orientou os membros a conhecerem o contexto da manifestação, de modo que, caso fossem questionados sobre o episódio, pudessem esclarecer que se tratava de fala realizada em contexto específico, durante atividade de encerramento da Semana do Meio Ambiente, com foco na valorização da agricultura familiar, na transição agroalimentar e em questões ambientais. Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos membros e declarou encerrada a reunião às 11h31min. Para constar, eu, Lázara Cristhiane de Assis, Assessora do Gabinete da Reitoria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais participantes, conforme os procedimentos institucionais.



Documento assinado eletronicamente por **LAZARA CRISTHIANE DE ASSIS, Assessora do Gabinete da Reitoria**, em 02/09/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO PERES COELHO, Reitor da Universidade Federal de Jataí**, em 02/09/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANILO VIEIRA OLIVEIRA, Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 02/09/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE RODRIGUES, Pró-Reitora de Pós-Graduação**, em 02/09/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS WAGNER DE SOUZA RIBEIRO, Pró-Reitor de Administração e Finanças**, em 02/09/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO PORTO SIMOES MATHIAS, Prefeito(a) Universitário(a)**, em 02/09/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERIN CAPERUTO DE ALMEIDA, Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Esporte**, em 02/09/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALANA FLAVIA ROMANI, Vice-Reitora da Universidade Federal de Jataí**, em 02/09/2026, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA APARECIDA BENITE RIBEIRO, Pró-Reitora de Graduação**, em 02/09/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVA APARECIDA DE OLIVEIRA, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis**, em 03/09/2026, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA FREITAS SILVA, Chefe de Gabinete**, em 10/09/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELE ALVES AMARAL, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**, em 10/09/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIVAL VIEIRA DE FREITAS, Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento**, em 10/09/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SIQUEIRA SILVA, Pró-Reitor Adjunto de Extensão, Cultura e Esporte**, em 10/09/2026, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NUBIA DE SOUZA LOBATO, Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação**, em 11/09/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HUGO LUIS PENA FERREIRA, Diretor de Assuntos Administrativos**, em 11/09/2026, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0623794** e o código CRC **108C427C**.